



Anais da Assembleia

Nº 77

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 25 DE JUNHO DE 1.981

ANO VI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 72ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 1981

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Senhores Deputados Darcy Deitos e Nilton Friedrich.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Dácio Leonel, Darcy Deitos, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, João Elísio, José Domingos, José Tavares, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos e Werner Wanderer (36); achando-se ausentes os Senhores Deputados João Mansur, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Cyro Martins, David Cheriegate, Del Ciel, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Gilberto Agibert Filho, José Domingos Scarpellini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Nestor Baptista, Pinto Dias, Romero Filho, Rosário Pitelli, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi e Wilson Fortes (22).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital em 22 do corrente, do Senhor JOSÉ DE ALENCAR ALVARENGA DIAS.

O extinto, pessoa das mais esimadas no convívio social, foi por mais de vinte anos, escrivão de polícia na cidade de Jacarezinho, onde granjeou elevado número de amizades, exercendo atualmente o cargo de Oficial de Gabinete junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1981.

a) WILSON FORTES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja encaminhado à Representação do Paraná, com assento na Câmara dos Deputados, um apelo no sentido de ser proposta medida, constitucionalmente adequada, para converter a importância devida pela ITAIPU ao Estado do Paraná, como compensação pelos prejuízos causados pela inundação de extensas áreas agricultáveis e de reservas florestais, em programa de incentivo aos pólos de desenvolvimento industrial e agro-industrial do Estado.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1981.

a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, consubstanciado em apelo no sentido de serem aceleradas as obras de asfaltamento da estrada que liga São João do Caiuá a Paranavaí.

Tal apelo se faz em razão da importância que aquela rodovia promove àquela rica região de nosso Estado no fluxo da produção agrícola, tão importante para o desenvolvimento da Nação brasileira.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1981.

a) WILSON FORTES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento à Direção do Banco do Brasil de expediente consubstanciado em apelo no sentido de ser agilizada a instalação da sub-agência do Banco do Brasil, na cidade de São João do Caiuá.

Tal apelo se faz, atendendo aos reclamos daquela laboriosa população que através de seu trabalho intenso junto ao setor agrícola, muito tem contribuído para o desenvolvimento de nosso Estado e conseqüentemente, da Nação brasileira.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1981.

a) WILSON FORTES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no exercício de suas funções regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, que seja enviado ao Governador do Estado pedido para que convoque esta Assembleia Legislativa nos primeiros dias de julho, em caráter extraordinário e pelo tempo necessário, sem qualquer ônus para o Estado, para que esta Casa possa apreciar e decidir sobre o abono ao funcionalismo público que representa importante questão para milhares de trabalhadores no Estado.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1981.

(aa) NELTON FRIEDRICH, DENI SCHWARTZ, TADEU LÚCIO MACHADO, FIDELCINO TOLENTINO, GERNOTE KIRINUS, JOSÉ TAVARES, FIORI LUIZ e LINEU TURRA

JUSTIFICATIVA:

O Secretário dos Recursos Humanos, em notificação à imprensa, afirmou que o Governo do Estado pretende conceder abono ao funcionalismo público, uma justa forma de reposi-

ção do aos salários desgastados pela inflação de milhares de servidores do Estado. Esta matéria deve ser apreciada e deliberada por esta Assembléia Legislativa que, no entanto, não teria tempo hábil para fazê-lo antes do recesso de julho. Os funcionários públicos do Paraná não devem ser frustrados em sua aspiração de correção salarial, tal as necessidades que enfrentam como parte dos trabalhadores que carregam os ônus maiores da crise econômica em que vive o País. É justo, portanto, que esta Assembléia, decida o quanto antes sobre a questão, o que só será possível se o Governo do Estado decidir pela sua convocação extraordinária nos primeiros dias do recesso de julho e apenas pelo tempo necessário para tal. Nesse sentido, esta Casa deve enviar sugestão ao Governo para que convoque extraordinariamente o Parlamento. E consideramos justo que isso ocorra sem qualquer ônus para o Estado.

Para que se tenha uma idéia da urgência desta matéria para o funcionalismo público ressaltamos alguns dados que confirmam o desgaste dos salários dos servidores: a inflação foi de 120% no ano passado. A tarifa de água subiu 60%. O aumento médio das tarifas elétricas, até o mês de maio deste ano foi de 37%. Nesse mesmo período o funcionalismo público teve um aumento, em 1980, de apenas 42%. Outro, em 1981, de 72%, em média. Somados, chegam apenas 114%. Abaixo, portanto, da taxa de inflação oficial que chegou, como dissemos, a 120,6%.

Este o quadro, Senhores Deputados, e temos certeza de que esta Casa será sensível às aspirações do funcionalismo público, tão justas e oportunas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvido o Plenário, que seja oficiada a bancada paranaense no Congresso Nacional, solicitação no sentido de que a mesma promova junto à Comissão de Relações Exteriores esforços a fim de que sejam ouvidos o correspondente do Jornal "The Guardian", os editores dos jornais paulistas "O Estado de São Paulo" e "Jornal da Tarde", bem como os dirigentes do IPEN e NUCLEBRÁS, a fim de que sejam comprovadas as responsabilidades e o esclarecimento final do episódio que envolve o Governo brasileiro na venda do material radioativo ao Iraque.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1981.

a) DARCY DEITOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício aos Exceentíssimos Senhores EDSON MACHADO DE SOUZA, Digníssimo Secretário da Educação, Dr. GUILHERME LACERDA BRAGA SOBRINHO, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR e Dr. JACY MIGUEL SCANAGATTA, Digníssimo Prefeito Municipal de Cascavel, solicitando providências imediatas para reforma do Grupo Escolar Theofânio Agapito Maltezo, situado no recente município emancipado de Cafelândia.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1981.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora se formula, é já uma cansativa solicitação de pais dos alunos desse estabelecimento, além das reivindicações de professores e líderes comunitários.

O jornal "Hoje", de 06 a 12/06/81, na página n.º 09, conforme fotocópia em anexo, publicou uma reportagem com o título "Se Esta Escola Cair, Quem Deverá Ser Responsabilizado?", que se refere ao Grupo Theofânio Agapito Maltezo, escola municipal situada no recém-criado Município de Cafe-

lândia, antigo Distrito pertencente a Cascavel.

O referido estabelecimento, é totalmente de madeira, e já faz muitos anos que necessita de uma reforma, pois, a metade do prédio já foi fechado, por não apresentar condições mínimas para funcionamento; e até a presente data nenhuma providência neste sentido, foi tomada pela Prefeitura Municipal de Cascavel, responsável pela conservação do mesmo, nem qualquer providência foi viabilizada pela inspetoria de ensino.

A qualquer momento, a pequena escola, que abriga aproximadamente 200 (duzentos) alunos mais os professores, deverá cair se não forem tomadas as devidas providências.

Segundo informação dos estudantes, foi feita uma comissão, recentemente, com o intuito de fazer um apelo ao Prefeito de Cascavel, o qual prometeu solucionar o problema, porém, foi apenas promessa, pois, até agora não foi cumprida.

Para que não sejam vitimadas crianças inocentes, pela irresponsabilidade da administração municipal, é que fazemos este apelo, esperando contar com a ajuda dessa Secretaria.

Não é pelo fato da escola ser municipal, que o Estado não deva intervir com ajuda pelo menos financeira. Essa diligência cabe aos homens responsáveis pela administração pública, principalmente da área específica do ensino e da reposição de estabelecimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Diretor do ITC - Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, solicitando providências para demarcação da área urbana do Distrito Administrativo de São José do Ivaí, Município de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1981.

a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Elevado à categoria de Distrito Administrativo e Judiciário pela Lei n.º 5.706, de 17 de novembro de 1967, o patrimônio de São José do Ivaí, mercê de suas férteis terras e de sua invejável situação geográfica, apresenta notável crescimento verificado na pujança de sua agropecuária e de seu parque cafeeiro. Um ativo comércio ali está implantado, beneficiado pela presença de uma agência bancária e de um posto telefônico. A população ultrapassa a casa dos oito mil habitantes.

No entanto, o desconhecimento de linhas demarcatórias de sua área urbana, acarreta entraves aos seus habitantes, gerando situações conflitantes entre os moradores da sede do distrito e os proprietários rurais circunvizinhos. Por este motivo, reivindica-se a presença do ITC para demarcação do quadro urbano.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O problema habitacional em Paranaguá, está se tornando gradativamente mais grave.

Acontece que isto nos enche de satisfação, porque Paranaguá, nos últimos dois anos, tem sido aquinhoadada pela implantação de várias indústrias, que, entendem, ser Paranaguá um pólo importante para a implantação dessas indústrias.

E, em função da implantação dessas indústrias, o valor de aluguéis sobe assustadoramente; qualquer casa de madeira, fora do centro da cidade, da periferia, é de 10, 12, 15 mil cruzeiros.

E, em função disso, exige uma grande preocupação naquela cidade, a ponto de ontem ter vindo a Curitiba, o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Paranaguá, Carlos

Elísio Pereira Neves, em companhia do Primeiro Secretário, Antônio Carlos Temporão, e do Vereador Caio Tramujas, Líder do PDS, na Câmara Municipal.

Em companhia desses personagens, fomos à presença do Secretário Saul Raiz, ocasião em que expusemos o problema e dizendo que a nossa meta era conseguirmos construção imediata de seiscentas a oitocentas casas habitacionais no plano COHAB, a fim de que pudéssemos suprir lacunas difíceis de serem preenchidas, se não contássemos com a simpatia do Secretário do Desenvolvimento dos Municípios.

É claro que a condição primeira para que essas casas pudessem ser construídas é a cessão de uma área correspondente, que, via de regra, é feita pela Prefeitura Municipal.

E como o Sr. Prefeito de Paranaguá, nós desconhecemos se ele está ou não intencionado, se está ou não interessado em minimizar o problema de Paranaguá, e ele afirmou na presença desses ilustres próceres políticos e representantes de classe de Paranaguá, que estava disposto a dar, de imediato, ao Prefeito de Paranaguá, Cr\$ 5.000.000,00 e mais Cr\$ 5.000.000,00 no primeiro trimestre de 1982, desde que o Sr. Prefeito Municipal cedesse a área para construção de seiscentas ou oitocentas casas habitacionais.

Nesta oportunidade, nós queremos que a imprensa divulgue — gostaríamos que a imprensa divulgasse, fazemos um apelo — que há essa intenção por parte do Secretário Saul Raiz.

O Sr. Prefeito de Paranaguá não pode alegar que não cede a área por falta de correspondência do Governo Estadual.

Assim sendo, está-lhe sendo ofertado, e hoje ele deve estar tomando conhecimento, Cr\$ 5.000.000,00 de imediato, e mais Cr\$ 5.000.000,00 no primeiro trimestre de 1982, para que ele ceda essa área.

Se isso não acontecer, vamos enfrentar um futuro que se avizinha cada vez mais grave, no que tange ao problema habitacional. Nós entendemos que o primeiro passo foi dado; nós estamos estendendo ao Sr. Prefeito uma série de auxílios, que ele receberá por parte da Secretaria da Administração e Desenvolvimento aos Municípios, a fim de que o Sr. Prefeito daquela cidade possa colaborar com o que é indispensável: a cessão de uma área para construção dessas casas, indispensáveis às indústrias que lá estão se implantando, e não sofram problemas mais sérios na contratação de operários, funcionários que deixariam de atender esses reclamos, em justificando que não tinham casa para habitar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“A Oposição nesta Casa tem sido, por diversas vezes criticada por Parlamentares do Governo, quando a mesma aqui traz dados estatísticos para demonstrar os grandes erros perpetrados por este Governo que infelizmente tem manipulado de todas as formas o povo brasileiro, trazendo em consequência, prejuízos a toda a Nação.

E para demonstrar o que estamos afirmando, no último dia 22, o Deputado Fidelcino Tolentino, ilustre representante de nosso Partido na Região de Cascavel, trouxe a este plenário dados estupefacentes, sobre a dívida da Previdência Social para com os chamados terceiros, que são o INCRA, o SENAC, o SESC, o SESI, e o SENAI, os quais estavam à beira da ruína por não receberem da mesma previdência, as contribuições a eles devida, em virtude do recolhimento através das empresas em nosso Estado.

E, infelizmente, temos que voltar a esta tribuna para tratar do assunto, haja visto que todos esses órgãos se acham em dificuldades extremas, ameaçados inclusive, de ter que pa-

ralisar as suas atividades, por culpa exclusiva do Ministério do Sr. Jair Soares, o qual se tornou em “réu confesso” por crime de apropriação indébita de importâncias que ao mesmo não pertencem. Já não bastam os escândalos dos constantes desvios de verbas, e o déficit do mesmo que se pode constatar, cifras astronômicas no valor de cento e oitenta bilhões de cruzeiros, agora vem mais um crime que não se justifica em hipótese alguma.

Estão reunidos, Senhores Deputados e Senhor Presidente, desde ontem, em Brasília, o Presidente da Federação do Comércio e da Indústria do nosso Estado, tentando solucionar tão angustiante problema, o qual vem assolar o nosso Estado, que é o de receber a importância devida ao Paraná, por parte das entidades acima referidas, e que mantém aqui o maior arsenal de ensino técnico profissionalizante, que atende aqueles que desejam uma vida melhor, e que, no entretanto, estarão premidos dessa educação, se tal problema não for solucionado imediatamente.

Dias atrás, o Presidente da Federação da Indústria dizia que o SENAI teria que desativar diversos cursos por falta de recursos; hoje é o SENAC que está sem possibilidade de pagar seus professores por falta também, de verba, devido a Previdência Social não lhe repassar seus recursos, o que por certo causará também, num futuro bem próximo, a paralisação de cursos na área comercial.

O que notamos, Sr. Presidente e Senhores Deputados, é a incompetência deste Governo em todas as áreas da administração, e se não é incompetência é o que de há muito sabemos existir neste Governo — é corrupção generalizada, pois, não se justifica de forma alguma, reter importância de outrem, quando nós sabemos que a previdência de há muito consegue arrecadar todas as suas receitas, com juros altíssimos, não se falando nas multas absurdas e correção monetária.

O que existe de fato é um paradoxo, onde o Governo é excelente cobrador, mas um mau pagador, o que vem travando o desenvolvimento de atividades necessárias ao engrandecimento de nosso País, como é o caso da educação através destes abnegados órgãos ligados diretamente a atividade comercial e industrial que são o SENAI e o SENAC.

Urge, portanto, que se regularize de uma vez por todas a presente situação, para que o povo possa ter pelo menos esse atendimento, que lhe é devido pelas suas contribuições à Previdência Social.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa registra com satisfação a presença, neste plenário, do Sr. Deputado Almeida Filho, da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, que nos visita nesta tarde, e se encontra na tribuna de honra. Sua Excelência vem conversar com os Senhores Deputados sobre a criação de um Grupo Parlamentar de Planejamento Familiar.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No final da semana que passou, tivemos a oportunidade de receber em nosso gabinete, uma comissão de professores do Estado. Na ocasião, as mestras nos apresentaram um problema que nos parece dos mais sérios: injustiças cometidas contra os professores do nível PC-3.

Segundo nos expuseram as professoras, o problema tem origem em 1978, quando os mestres que fizeram o Concurso de Promoção ficaram distribuídos em três níveis: PC-3, que representou a maioria; PD-4, cerca de apenas vinte professores e PE-5, correspondente ao restante. Enquanto isso, os Especialistas de Educação não fizeram concurso específico e, no entanto, foram transpostos para os níveis PD-4 e PE-5.

Posteriormente, no ano seguinte, com o enquadramento do ex-suplementarista no Quadro Único do Poder Executivo, a remuneração do nível PC-3 passou a ser inferior, mesmo para aqueles com maior tempo de serviço. Aí foi iniciada a defasagem salarial do professor do nível PC-3.

Já no início do ano passado, foram ofertadas vagas para o nível PD-4, aos concursados de 1979 que viessem a atuar a nível de segundo grau. Assim, estes professores já estarão aptos, a partir do ano que vem, a concorrer às vagas do nível PE-5. Ressalte-se ainda que os professores do Quadro Único têm o valor total de suas aulas extraordinárias superior aos vencimentos do professor nível PC-3.

Por outro lado, com a Resolução n.º 979/81, os professores do Quadro Único que já recebem remuneração correspondente ao nível PD-4, e com pouco tempo de serviço, terão sua situação mais uma vez melhorada em relação aos de nível PC-3, de 1978.

Assim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ocupamos hoje esta tribuna para fazer um apelo ao Secretário da Educação, Dr. Edson Machado de Souza, no sentido de que seja estudada uma reformulação nos termos da Resolução n.º 979/78, a fim de que se permita a elevação imediata ao nível PE-5 dos professores remanescentes de 1978.

Acreditamos que tal iniciativa virá reparar um erro que teve origem em 1978, além de impedir uma nova falha: os professores enquadrados no Quadro Único, ao integrarem o Quadro Próprio, fatalmente, de acordo com a resolução, concorrerão com os atuais efetivos do nível PC-3, em melhores condições, prejudicando desta forma profissionais com qualificação comprovada mediante dois concursos para o Magistério e com tempo de serviço variando entre dez e vinte anos.”

Há dias atrás, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós apresentamos desta mesma tribuna, e justificamos um requerimento de nossa autoria, no qual solicitava que esta Casa enviasse telex à Câmara Federal e ao Senado Federal, para que os Senhores Senadores e os Senhores Deputados Federais, estudassem com carinho, a emenda que solicita a aposentadoria dos senhores professores aos vinte e cinco anos de profissão.

Fizemos este requerimento, embasado em estudo e levantamento que realizamos juntamente com nossa assessoria, visto que o professor não termina seu trabalho na sala de aula. Ele tem que, na sua própria residência, preparar os estudos para a aula do dia seguinte, preparar seus testes, suas provas a serem aplicadas aos nossos filhos e o professor, mais do que nunca, e com certeza, é considerado o segundo pai dos nossos filhos que vão às salas de aulas para receber os seus ensinamentos.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós ficamos hoje atentamente para ouvirmos o Congresso Nacional votar em favor desta grande classe brasileira que é a classe dos nossos queridos professores.

Era só Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Secretário de Recursos Humanos, em notificação à imprensa, afirmou que o Governo do Paraná, pretende conceder abono ao Funcionalismo Público, uma justa forma de reposição aos salários desgastados pela inflação de milhares de servidores do Estado. Também, as informações recentes, nos dizem de que, o Chefe da Casa Civil do Governo do Estado estará na Casa, hoje, para trazer essa mensagem.

Essa matéria deve ser apreciada e deliberada por esta Assembleia Legislativa, que no entanto, não teria tempo hábil para fazê-lo antes do recesso de julho. Os funcionários públicos do Paraná não devem ser frustrados em sua aspiração de correção salarial, tal as necessidades que enfrentam, como parte dos

trabalhadores que carregam os ônus maiores da crise econômica que vive o País.

E, independente do conteúdo da mensagem, dada a sua extrema tempestividade, é justo, portanto, que esta Assembleia decida o quanto antes sobre a questão que deverá vir nas primeiras horas o que só será possível, se o Governo do Estado, no nosso entendimento, decidir pela sua convocação extraordinária nos primeiros dias do recesso de julho e, apenas, pelo tempo necessário para tal.

É nesse sentido, devido à gravidade da questão, da premissa, do sufoco em que vive o funcionalismo público do Estado, a Bancada do PMDB reuniu-se hoje, pela manhã, e decidiu enviar a esta Casa uma sugestão ao Governo, para que convoque extraordinariamente o Parlamento, e, consideramos justo que isso ocorra, dada como disse, a gravidade dessa situação. Mas, acrescentamos aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que entendemos a necessidade de convocar extraordinariamente o Parlamento, pelos poucos dias necessários para a decisão. Mas, essa nossa sugestão, é que seja feita esta convocação sem qualquer ônus para o Estado.

E, por essa razão, que encaminhamos nesse instante, um requerimento para que a sugestão seja levada ao Governo do Estado, pedindo para que convoque esta Assembleia em caráter extraordinário nos primeiros dias de julho, pelo tempo necessário, para apreciar e decidir sobre o abono ao funcionalismo, SEM ÔNUS para o Estado.

Muito poderíamos aqui fazer a título de justificativa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para que se tenha uma idéia da urgência dessa matéria e, como disse, independente de conhecermos ou não o seu conteúdo, mas, é premente para o funcionalismo público, que haja esse abono. Embora, é uma solução paliativa. Mas, ressaltamos, só para conferir ainda mais o que todos já sabem, dados que confirmam o desgaste do salário dos servidores: a inflação foi de 120% no ano passado, a tarifa da água subiu 60%, o aumento médio das tarifas elétricas até o mês de maio desse ano foi de 37%. Nesse mesmo período, o funcionalismo público teve um aumento: em 1980 de 42% e outro em 81 de 72% em média, somados chegam apenas a 114%, abaixo, portanto, da taxa de inflação oficial que chegou, como dissemos, a 120%.

Esse é o quadro e que é apenas um apanhado geral e que temos certeza, de que esta Casa, será sensível às aspirações do funcionalismo público, tão justas e oportunas. E, por isso, essa nossa sugestão da convocação, se necessário for, em caráter extraordinário, pelo tempo que for preciso, para apreciar e decidir sobre o abono ao funcionalismo, SEM ÔNUS para o Estado. Seria a contribuição, Sr. Presidente, da classe política a essa tão sofrida e castigada categoria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ailton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado que me antecede na tribuna, aborda um assunto que vem sendo, na verdade, objeto de atenção do Governo do Estado, não de hoje, já há algum tempo. Recentemente, em aparte a um pronunciamento do Deputado Fidelino Tolentino, dizíamos que o Governo do Estado procede realmente estudos para atender aos inativos e também ao pessoal da ativa do Governo do Estado do Paraná.

Há poucos dias, outro Deputado da Oposição, o Deputado Edilson Alencar, se pronunciou desta tribuna fazendo uma abordagem em cima de uma declaração do Secretário de Estado das Finanças, a imprensa, sobre a situação financeira no Paraná e reclamando, na sua continuidade, uma atenção do Governo do Estado aos servidores públicos paranaenses.

Cabe aqui lembrar, em primeiro lugar, que nos últimos

anos, os servidores públicos do Paraná ficaram como que abandonados, o Governo simplesmente dava aquilo que estritamente o servidor tinha direito. Hoje o Governador Ney Braga procura recuperar o tempo que se perdeu na política de recursos humanos do Paraná. Recupera este tempo naquilo que lhe é possível fazer, porque milagre ninguém faz; e porque também a ação governamental sofre a repercussão violenta dos efeitos inflacionários que não podem ser ignorados por pessoas que tenham compreensão e que usem o mínimo de bom senso para falar, para defender ou para acusar.

É bom lembrar que além do aumento concedido em janeiro deste ano aos servidores, de 72%, o Governo do Estado do Paraná depois de vinte anos, Srs. Deputados, implantou um plano de classificação de cargos, já em vigor, e cujos processos de ascensão serão iniciados nos próximos dias. Conjugadas as duas providências, o aumento concedido a partir de janeiro, quando há poucos anos atrás este era concedido em março, com efeito retroativo, nenhum servidor público do Paraná teve menos de 100% de aumento neste ano de 1981.

Claro que não estamos aqui dizendo que o servidor público vive num "mar de rosas", porque seria uma terrível e imperdoável hipocrisia da parte deste Parlamentar. Mas estamos aqui para afirmar, categoricamente, que o Governo do Estado tem feito efetivamente o que é possível. E ainda agora o Governador Ney Braga determinou aos Srs. Secretários dos Recursos Humanos, do Planejamento e das Finanças, a elaboração de estudos para que seja concedido um abono aos servidores públicos do Paraná.

Abono que vai ser concedido, sim. O Governo apenas trata, no momento, de estudar seriamente, responsavelmente, o mês e o percentual para a vigência deste abono.

Vale também acrescentar que outros benefícios, na área dos servidores públicos paranaenses, foram concedidos neste ano. Como por exemplo, a implantação da reestruturação sistêmica salarial das Polícias Civil e Militar, e mais, a implantação de vantagens previstas no Estatuto do Magistério, dos professores do Paraná.

Mas disse o Deputado Edilson Alencar, recentemente, a respeito da previsão orçamentária, no que toca à receita e despesa, que havia um excesso, talvez baseando-se numa informação equivocada, divulgada pela imprensa, pois que quando se falava em despesa, naquela ocasião, e quando o Secretário das Finanças falava em despesa, dizia o Sr. Secretário que estava fixada na Lei de Orçamento do Estado, é de sessenta e nove milhões de cruzeiros.

Para concluir, Sr. Presidente, devo dizer, que não teremos na tarde de hoje, a presença do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que viria trazer a aludida mensagem.

E não sabemos, de onde provém esta afirmação. O que posso dizer aos Srs. Parlamentares e para tranquilizar também os servidores públicos paranaenses, é que o Governo com toda seriedade, com todo grau de responsabilidade que tem, o Governo Ney Braga está providenciando os estudos para a concessão de um abono aos servidores públicos do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate. (Ausente).

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Cotrim.

O SR. ANTÔNIO COTRIM — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Usamos hoje desta tribuna para manifestar o nosso apoio e a posição adotada pela Associação Comercial e Industrial de Maringá. Juntamente com ela, protestar contra duas medidas de majoração de impostos e de tabelas. E para isso, usaremos do telex que nos foi enviado ainda hoje, o qual faremos a leitura. (Lê):

"MAIS UMA VEZ A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MARINGÁ, ATRAVÉS DE SEUS DIRETORES, VEM A PRESENÇA NOBRE DEPUTADO PARA RELATAR E MANIFESTAR INSATISFAÇÃO GERAL ORIGINADA POR UMA NOVA E ABUSIVA TABELA DE COBRANÇA DE DIREITOS AUTORAIS, PROMOVIDA PELO ESCRITÓRIO CENTRAL ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO-ECAD, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 01.06.81, PÁGINA 10063, A VIGORAR A PARTIR DE 1 (PRIMEIRO) DE JULHO DE 1981.

NÃO BASTASSE PESADA CARGA TRIBUTÁRIA INCIDENTE SOBRE EMPRESAS, ALIADAS AS RECENTES MAJORAÇÕES HAVIDAS NA PREVIDÊNCIA SOCIAL E NO ISTR SOBRE CARGA PRÓPRIA, PARA CITAR ALGUNS EXEMPLOS, AGORA FOI A VEZ DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, ATRAVÉS DO CONSELHO NACIONAL DE DIREITO AUTORAIS, FAZER UMA MAJORAÇÃO DESPROPORCIONAL, QUE SE MANTIDA, CONTRIBUIRÁ EM MUITO PARA SE AGRAVAR AINDA MAIS A DIFÍCIL SITUAÇÃO ECONÔMICA REINANTE, UMA VEZ QUE DE FORMA INDIRETA ATINGE O CONSUMIDOR E DE FORMA DIRETA REFLETE SOBRE A INDÚSTRIA E O COMÉRCIO, TANTO OS USUÁRIOS COMO OS PRODUTORES E REVENDEDORES DE APARELHOS DE SONS, TENDO COMO ÚLTIMA CONSEQUÊNCIA O DESEMPREGO.

A TABELA ANTERIOR COBRAVA POR MÊS, POR ÁREA SONORIZADA DE 200 M² OU FRAÇÃO ATÉ OS PRIMEIROS 1.000 M², Cr\$ 355,00 (TREZENTOS E CINQUENTA E CINCO CRUZEIROS) ATÉ 31.12.80, E NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1981, O MESMO VALOR MAIS A CORREÇÃO DE 22,1%, PARA OS ESTADOS DA REGIÃO SÓCIO ECONÔMICA CLASSIFICADA COMO "A", ABRANGENDO OS ESTADOS ONDE VIGORA O MAIOR SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS.

A NOVA TABELA REAJUSTOU O VALOR DE FORMA EXORBITANTE E DIMINUIU AS FRAÇÕES DE ÁREA SONORIZADA NA SEGUINTE PROPORÇÃO: O VALOR MÍNIMO QUE SEIS MESES ATRÁS ERA DE Cr\$ 355,00, PASSOU PARA Cr\$ 1.500,00 (HUM MIL E QUINHENTOS CRUZEIROS), CONSIDERANDO O MESMO NÍVEL III DA TABELA. A FRAÇÃO DE ÁREA SONORIZADA FOI REDUZIDA EM 100%, PASSANDO A FRAÇÃO QUE ERA DE 200 M² PARA 100 M². ISTO DEMONSTRA QUE ALÉM DO DESPROPORCIONAL ACRÉSCIMO DOS VALORES, FOI ALTERADA A BASE DE CÁLCULO, SIGNIFICANDO UM DUPLO E INSUSTENTÁVEL AUMENTO.

A SITUAÇÃO APRESENTADA ACIMA REFERE-SE ÀS CASAS COMERCIAIS E SIMILARES. PORÉM, MUITO PIOR E CONSTRANGEDORA É A SITUAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE HOSPEDAGEM, QUE PELA NOVA TABELA, TIVERAM A TAXA AUMENTADA EM 10 VEZES O SEU VALOR. PELA TABELA ANTERIOR PAGAVA-SE DIÁRIA E MEIA POR GRUPO DE 100 (CEM) APOSENTOS SONORIZADOS, A NOVA TABELA ESTIPULA A MESMA DIÁRIA E MEIA, PORÉM, PARA CADA GRUPO DE 10 (DEZ) APOSENTOS SONORIZADOS.

ESSES DOIS EXEMPLOS AQUI TRAZIDOS BEM DEMONSTRAM A ALTERAÇÃO NA COBRANÇA PELO ECAD, SEM CONTAR COM O EXTENSO ROL DE OUTROS TIPOS DE CASAS ABRANGIDOS PELA VORAZ COBRANÇA. SÓ PARA SE TER UMA IDÉIA, A TABELA DE COBRANÇA, DISCRIMINANDO TIPOS DE ESTABELECIMENTOS E SEUS RESPECTIVOS PREÇOS, SE ALONGA POR ONZE PÁGINAS DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

ESSE É O QUADRO COM QUE NOS DEPARAMOS E RAZÃO PELA QUAL ESTAMOS RECORRENDO A VOSSOS PRÉSTIMOS.

ATENCIOSAMENTE.
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MARINGÁ

ALTAIR NIERO
Presidente

ODILON POPULIN
1.º Secretário

Este é o protesto da Associação Comercial e Industrial de Maringá, Sr. Presidente e Srs. Deputados, contra a nova tabela da ECAD, que majora excessivamente a cobrança de estabelecimentos que usam som-ambiente.

E a segunda é o protesto que também fazem com relação à nova tabela, que deverá vigorar a partir do dia 1.º de julho próximo sobre o imposto sobre o transporte rodoviário. E a Associação também nos passa em mãos um ofício, dizendo que (Lê):

“A Associação Comercial e Industrial de Maringá, entidade que congrega e representa a classe empresarial de Maringá, atendendo aos reclamos de seus associados e na defesa de seus mais lícitos direitos e interesses, vem apresentar a Vossa Excelência a insatisfação que está gerando no meio empresarial a recente aprovação da nova tabela para cálculo do valor tributável do ISTR relativo ao transporte de carga própria, que entra em vigor a partir de 1.º/07/81.

A Portaria 128 MF, de 21/05/81, aprovou a nova tabela, revogou a Portaria n.º 551/78, que dispunha classes de distância de 1 a 20, enquanto que a nova tabela traz apenas quatro classes de distância, apresentando novos valores e novo sistema de cálculo.

Essa alteração, embora tenha tornado mais simples o sistema de cálculo, implicou em grande alteração de valores, que traduzidos em percentual de aumento chega a casa dos 400% (quatrocentos por cento) em relação à tabela anterior.

Em que pese a discutível constitucionalidade da cobrança do ISTR sobre carga própria, os empresários vêm atendendo a exigência. Agora, porém, sentem-se duplamente prejudicados com a elevação desmedida dos valores que servem de base para o cálculo do imposto.

Urge, portanto, que providências sejam tomadas e a Associação Comercial e Industrial de Maringá, no cumprimento de seu dever, faz um apelo a Vossa Excelência, no sentido de que sejam mobilizadas forças para a revisão e adequação da nova tabela que tem vigência prevista para o dia primeiro de julho próximo.

Mais uma vez recorremos ao ilustre Deputado que muito tem se destacado na defesa dos interesses das entidades privadas e da comunidade em geral, para empreender campanha contra o desproporcional e injusto aumento, que de forma indireta atinge também o consumidor pela elevação dos custos operacionais das empresas.

Como é do conhecimento geral, a carga tributária incidente sobre as empresas já está por demais excessiva e suportar elevações dessa ordem, não está ao alcance dos contribuintes.

Para melhor esclarecer o problema, anexamos ao presente, cópia das tabelas (nova e a velha) e um estudo comparativo dos cálculos que demonstram a elevação havida.

Contando com a costumeira atenção de Vossa Excelência, com que sempre fomos distinguidos, renovamos nossos sinceros votos de apreço e consideração.

Atenciosamente
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MARINGÁ
ALTAIR NIERO
Presidente

ODILON POPULIN
1.º Secretário

E apresentam, aqui um estudo comparativo das tabelas anteriores e atual, que eu pediria que, após o pronunciamento, fizessem parte, deste, através de cópia, Sr. Presidente, uma vez que o tempo está esgotado.

Mas, apresentamos então, desta tribuna, o nosso apoio à Associação Industrial e Comercial de Maringá, que tem procurado defender os interesses de seus associados, e transferido também para a classe política da região a incumbência de tornar público essas reivindicações, e juntamente com eles, fazer as reivindicações aos órgãos federais, para que essas majorações exorbitantes não aconteçam diariamente, como está ocorrendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ESTUDO COMPARATIVO DAS TABELAS
DO ISTR CARGA PRÓPRIA

Usando os mesmos exemplos calculados segundo as Notas Explicativas à Tabela anexa a Portaria MF n.º 128, de 21.05.81, e aplicando a eles os valores da tabela vigente até 30.06.81, encontramos as seguintes diferenças por comparação.

EXEMPLO 1

Distância: 200 km
Peso: 750 kg
Valor: Cr\$ 50.000,00

ISTR TABELA NOVA = Valor tributável: Cr\$ 1.972,50

ISTR TABELA ANTERIOR = Valor tributável: Cr\$ 507,55

EXEMPLO 2

Distância: 550 km
Peso: 1.200 kg
Valor: Cr\$ 600.000,00

ISTR TABELA NOVA = Valor tributável: Cr\$ 9.336,00

ISTR TABELA ANTERIOR = Valor tributável: Cr\$ 2.867,22

OUTRO EXEMPLO:

Distância: 1.100 km
Peso: 6.000 kg
Valor: Cr\$ 600.000,00

ISTR TABELA NOVA

Frete Peso = 6.000 (kg) x 7,16 = 42.960,00
Frete valor = 0,007 x 600.000,00 = 4.200,00
Valor tributável = 47.160,00

ISTR TABELA ANTERIOR

Frete/Peso = 1.100 (km) x 6 (t) x 1,199 = 7.913,40
Frete/Valor = $\frac{600.000,00 \times 0,50}{100}$ = 3.000,00
Valor tributável = 10.913,40

OBS.: A alíquota do ISTR aplicável sobre o valor tributável é de 5%.

A fórmula prática para cálculo do ISTR, carga própria, pela tabela anterior é a seguinte:

a) Base de cálculo do ISTR-CP = frete/peso + frete/valor

b) frete/peso = Distância x tarifa Básica “A”
x peso
1000

c) frete/valor = $\frac{\text{valor} \times \text{tarifa}}{100}$ “ad valorem”

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) – No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Sr. Presidente, nobres Srs.

Deputados.

O livro amarelo que está de plantão com o nome "Constituição da República Federativa do Brasil", tem apenas dois artigos: 1 — o art. 1.º, diz o seguinte: "A Constituição de 24 de janeiro de 1967 passa a vigorar com a seguinte redação e faz a cópia do elenco codificado que consignaram ou entenderam chamar de Constituição.

Diz o artigo 2.º:

"Revogam-se as disposições em contrário".

Engraçado, Sr. Presidente, que, há poucos dias, numa Universidade do Paraná, um professor de Direito Constitucional perguntou a seus alunos: Quantos artigos tem a Emenda Constitucional de 1969?"

Uns puseram 195 artigos, outros, 190. E somente, um único aluno acertou a pergunta, um aluno militante da Oposição e preocupado com o problema institucional: "dois artigos".

E todas as Emendas Constitucionais, de 72, 75, 76, 77, 78, todas só têm dois artigos.

Sr. Presidente, e por falar em artigo, há um artigo no mercado, no mercado que o Governo criou parafraseando a própria inflação: os problemas institucionais. Este é o mercado do Governo. E entre ele, um que mais está trazendo preocupação a nível nacional, a chamada, a apelidada Reforma Eleitoral. O nosso Partido, o PMDB, preocupado com as modificações que pretende introduzir o Governo, e tendo em vista uma decisão — no meu entender — apressada e política do egrégio Tribunal Eleitoral, fez com que a Liderança e a Presidência do PMDB entendessem da necessidade de oferecer um projeto, colocando os pontos fundamentais de uma reforma política que não viesse a traduzir o costumeiro casuísmo que o Governo despeja garganta abaixo de todos os 40 milhões de eleitores deste País.

E na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Reforma Eleitoral trabalhada com muito cuidado, não pelos legisladores, porque legisladores não o são, mas pelos artífices das fórmulas que buscam as veredas de vitórias do Partido do Governo. E a preliminar levantada aqui, nesta Assembléia, e repercutida independentemente desse pronunciamento, em outros Parla-mentos brasileiros, sobre o na Câmara Federal e no Senado da República, foi de que o Governo, já de longa data, vem maquiavelizando as fórmulas para o encurralamento das decisões. E busca uma versão diferente: seria falta de cuidado, falta de inteligência, inclusive de imaginação política, se apreciarmos todos os atos desencadeados antes da investidura do "inter-ventor de plantão" João Baptista de Figueiredo, vamos chegar à conclusão de que o projeto de redemocratização do Governo, nada mais é do que uma falácia imposta — como dizíamos — ao povo brasileiro, como o purgante que faz com que as preocupações se voltem não para a Casa toda, mas para a única peça de construção nacional, o banheiro, para lá despejar os detritos e engolidos na marra.

Senhor Presidente, decidi a egrégia Corte Eleitoral, que os filiados a um "determinado" Partido "PDS", não pode filiar-se a uma outra agremiação partidária, para ser candidato a qualquer cargo eletivo.

Ora, Senhor Presidente, falar em doutrina, falar em sistema, falar em constitucionalismo, em Direito, ou mesmo na doutrina pura do Direito Constitucional, seria enganar, trair a própria formação dos grandes e renomados juristas brasileiros, e não é menos verdade que o Governo trabalhando com cuidado, anos seguidos, para desatar o fio dessa meada, faz com que o próprio Tribunal decida não juridicamente, mas politicamente. Não repetiria aqui, muito pelo contrário, porque feriria a instituição, o que disse o Deputado Getúlio Dias, naquele memorável decisório sobre o Partido Trabalhista Brasileiro.

Mas como a História registra esses fatos, não é menos positivo lembrar pelo menos desta passagem e a "decisão",

dizia "do Tribunal com relação à inscrição de um eleitor, nesse ou num determinado partido, é derogar o princípio de liberdade, porque nenhum outro partido ainda foi registrado como partido definitivo.

Fizeram, diga-se de passagem, este registro, trabalhado pelas lideranças maiores do PDS, um registro apressado, para aqueles que quisessem desertar da sua legenda, não pudesse concorrer com outra que ainda está em formação. Que reforma política está vivendo o Brasil? O que dirá o Presidente Figueiredo aos jornalistas do Peru onde impera evidentemente uma Democracia, não a desejável, mas pelo menos próxima a uma Democracia verdadeira?

Se imaginarmos do ponto de vista da análise jurídica pura, se os partidos em formação ainda não têm o registro definitivo, como poderiam filiar-se a outra agremiação, se não fosse esta decisão absolutamente para favorecer o PDS? Inverteu-se toda a mecânica de respeitáveis decisões, até do Direito Comparado, e especialmente as decisões tidas até nos próprios Tribunais brasileiros, não evidentemente, a partir de 64, mas algumas também, a partir de 64. E o que poderíamos dizer, Senhor Presidente? Que essa decisão esclareceu o eleitor inscrito em partido com registro definitivo? Quem quiser concorrer nas próximas eleições, não poderá ingressar em outro já registrado provisoriamente. Significa que foram fechadas as portas do PDS para quem quiser deixar o partido, mas que continuam abertas para os que nele quiserem ingressar.

A "camisa de força", mais uma vez, derogando os princípios da reforma decente, honesta, sincera, que o Governo tanto cioso busca esclarecer à Nação brasileira. Mas que os fatos estão aí, para provar, que não passa de mentiras reiteradas para confundir a opinião pública nacional, e especialmente, a opinião pública vinculada ao Governo. E, ontem, dizia ali daquela tribuna, o eminente Deputado vice-Líder do Governo, nesta Casa, que o voto facultativo, representa um passo adiante da liberdade democrática.

Vejam os Senhores, que trabalho do "gota-a-gota", para encher o balde daqueles que estão sequiosos por águas cristalinas. E, na verdade, dizíamos que o PMDB, preocupado com os casuísmos que já são useiros e vezeiros nos laboratórios do Planalto, tratou de formular uma proposta decente, aberta, clara, escrita, irrefutável e buscando um único objetivo, não o favorecimento de uma única agremiação política, mas, o favorecimento sim, do debate nacional, das liberdades públicas, das franquias democráticas, que até hoje este País vive em pleno jejum.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Tolentino, Vossa Excelência aborda hoje, nesta Casa, um tema que tanto preocupa aos políticos de todo o Brasil, e, principalmente, o Partido da Oposição. É o assunto da reforma eleitoral, é o assunto da democracia que querem impor a este País, através da via do arbítrio. Porque, só entendemos que democracia poderia haver neste País, se ela partisse legitimamente de uma Constituinte Nacional.

Mas, o arbítrio do AI-5, dos pacotes, das Leis de Exceção, estão encontrando agora, nos casuísmos das leis que estão sendo propostas, a sua continuidade de arbítrio e ditadura.

E, dizia Vossa Excelência, referindo-se ao voto facultativo, criticando uma posição de que seria esse voto facultativo, um avanço à liberdade. Nobre Deputado, tem razão Vossa Excelência, não é o avanço da liberdade democrática, é o avanço em direção à libertinagem — é a liberdade de, suplantando a liberdade de deixar de fazer ou de fazer, que suplanta a liberdade para cumprir o dever.

Não vejo nada de liberdade, Deputado, no tal voto facultativo, como muito bem criticava Vossa Excelência esse voto

facultativo. Acredito que é abrir as portas para uma espécie de libertinagem, é proclamar a liberdade de fugir ao dever, que é o voto.

Creio que estaríamos construindo muito mais, se déssemos mais atenção à liberdade para votar, à liberdade para cumprir os nossos deveres para com a Pátria, à liberdade para poder participar.

Essa seria a verdadeira realidade.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e seu enfoque, Deputado Kirinus, que vem colaborar, de forma clara, com o posicionamento que a nossa bancada tem adotado com relação a esta pseudo-reforma que o Governo está promovendo.

Aliás, dizíamos ontem no aparte ao Deputado Vice-Líder do Governo, que o voto facultativo pode ser interpretado como o encurralamento, o afunilamento, a obrigatoriedade por força dos que detêm o Poder, principalmente aos funcionários públicos, aos ligados diretamente à máquina administrativa, seja ela direta ou indiretamente, para fazer deste quadro de pesoal que serve aos Poderes constituídos, direta ou indiretamente, através de autarquias, das empresas públicas, de economia, dos bancos e assim por diante, a obrigatoriedade de votarem no Governo.

Evidentemente.

Aliás, Deputado, já se esboça na COPEL, a exemplo do que aconteceu em 1978 com o Banco do Estado, um resquício, um ranço de insidiosidade em cima do pessoal dessas áreas.

O Sr. Airton Cordeiro — Peço um aparte, Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Em seguida.

A verdade é que nos dias que se passaram, na semana passada, ou retrasada, veio uma delegação do Município de Capitão Leônidas Marques, coincidentemente o mesmo município que tem a pretensão de fazer dois de seus distritos se emanciparem e com muito esforço da comunidade, fez-se uma constituição de cooperativa de eletrificação rural.

Depois de montada a cooperativa, de viabilizada a fórmula de conseguir-se as verbas, o que ocorreu?

A COPEL se apressou, a pedido político, de fazer em cima da área que a Cooperativa vai atuar, uma rede de eletrificação para desmoralizar a cooperativa de eletrificação rural.

E, graças à nossa intervenção, com os novos diretores desta recém criada cooperativa, foi que conseguimos aiterar um pouco o esquema forjado e planejado para isto.

O nosso partido ...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — ... realmente está preocupado com esta fórmula mecânica, fria e distanciada da realidade e da aspiração do povo brasileiro.

A reforma eleitoral, sem discussão e — diga-se de passagem — repetirei desta tribuna, que não foi mais do que um “oba-oba” aqueles setenta representantes do PDS reunidos para dizer que aquela era a reforma que o PDS desejava.

De tal sorte...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — ... e até antecipando aquela decisão...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência, que me assegure a palavra na tribuna.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Vossa Excelência continua com a palavra, nobre Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — O que ocorreu?

Realizaram aquela reunião para encaminhar o projeto para o Governo dizer: “O PDS resolveu”.

Concedo o aparte ao Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro — Deputado Tolentino, Vossa Excelência deve ter acompanhado o pronunciamento que este Parlamentar fez ontem da tribuna, quando defendemos a instituição do voto facultativo.

Frisamos com muita clareza e os Anais estão aí para serem consultados, que defendíamos a instituição do voto facultativo sem que estivessemos movidos por interesse algum partidário.

É uma questão de convicção, Deputado Tolentino.

Para mim, o voto é direto. Voto não é obrigação. Voto significa soberania popular.

Soberania popular, significa inclusive o ato de decidir se é conveniente ou não, votar. Eu jamais fiz qualquer incursão pelos caminhos que Vossa Excelência pretende levar o pronunciamento, por mim realizado ontem, acerca das reformas eleitorais...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vossa Excelência está equivocado, não fiz abordagens e crítica alguma a respeito do voto facultativo que Vossa Excelência defendeu da tribuna.

Estou falando sobre a reforma do seu partido, a nível nacional, mas Vossa Excelência quer inverter, quer colocar na minha boca as suas palavras. Eu não posso aceitar.

O Sr. Airton Cordeiro — Mas Vossa Excelência não pode ignorar que no momento em que faz a colocação que fez da tribuna sobre a reforma eleitoral, e como que censura o vice-Líder do Governo, que esteve na tribuna, no dia de ontem...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Absolutamente; engano seu.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência conjuga as afirmações.

Então, quero deixar muito claro para Vossa Excelência e para esta Casa.

Voto para mim é espontâneo; não é novidade para o Brasil; claro que não é novidade.

Vossa Excelência sabe muito bem que a própria doutrina em nosso País, desde os tempos da Constituição do Império, a doutrina sempre considerou, em alguns casos, o voto um direito, o voto uma obrigação, o voto um dever.

Então, a minha convicção pessoal é esta, se a reforma eleitoral proposta pelo Governo prevê o voto facultativo, tudo bem; é outro problema. Mas não estou aqui defendendo casuís-mo algum e nem defendendo coisa alguma, que possa vir trazer qualquer vantagem ao PDS, porque na eleição, o PDS vai ganhar nas urnas.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Então Vossa Excelência está querendo se comparar ao próprio sistema. E estou falando de sistema, não de Vossa Excelência.

O Sr. Airton Cordeiro — Não. Absolutamente. Estou apartando Vossa Excelência. Simplesmente porque fui mencionado, por duas ou três vezes, no seu pronunciamento. Então, sinto-me na obrigação — para não passar por omissão — de discordar da colocação que faz Vossa Excelência.

Quanto à reforma eleitoral, ela vai ser objeto de uma apreciação no Congresso Nacional, onde o Partido de Vossa Excelência está representado.

O nosso Partido — e agora, quero falar pelo nosso Partido, como Membro do Partido Democrático Social — reuniu o seu diretório nacional para discutir a formulação de uma proposta. E proposta, o PMDB também pode apresentar. Proposta, qualquer partido político pode apresentar.

Qual a proposta vitoriosa? Vossa Excelência há de compreender que a decisão é do Congresso Nacional. Mas creia Vossa Excelência voto facultativo para mim é importante, porque significa a democratização do voto. Inclusive, defendendo o voto dos analfabetos. Por que? Porque hoje em nosso País, a educação está cada vez menos ao alcance das camadas mais pobres. Então, significa marginalizar uma grande parcela da população. E mais, porque há muitos eleitores que lamentavelmente não são alfabetizados e são eleitores. Através de mecanismos, eu não sei. Cabe, compete à Justiça eleitoral dizer.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Realmente Vossa Excelência é tão diligente e não está omissa, que ontem já se apressou em ir à tribuna, para justificar, não sua posição. Mas coincidentemente com a posição de Vossa Excelência, a posição do seu Partido pelo voto facultativo.

Agora, o que eu tenho a dizer, é o seguinte, que desde 1.932 o voto é obrigatório no Brasil. Todas as Constituições. Até a Constituição polaca previa isso. De tal sorte, que a tradição no Brasil não é aquela que Vossa Excelência afirma. Se Vossa Excelência falar do Império, ou da Primeira República, aí a situação muda. Mas, nós estamos realmente para fazer somente um comparativo. Nós estamos retrocedendo no tempo e no espaço. E parece que até houve uma inversão, só para definir a minha resposta a Vossa Excelência. Parece que houve até uma alteração na própria composição das coisas.

Durante o Império, a Coroa tributava a Colônia, que é o Brasil. Hoje, as multinacionais é que tributam.

Então, a situação, no sentido prático, é mais ou menos a mesma. Por isso que Vossa Excelência pode até estar defendendo o voto facultativo nesta quadra de acontecimentos nacionais.

Agora, perguntaria, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados: se o voto foi obrigatório a partir da data que eu mencionei, o serviço militar também é obrigatório? As duas coisas têm-se como um chamamento da Nação, dos brasileiros, para servirem à sua Pátria. O serviço militar é para defesa da integridade, da soberania e da segurança nacional.

Este é o ponto primordial deste tipo de serviço.

Aliás, quero deixar bem claro: serviço militar ou posições militares não são poderes, mas serviços. É muito diferente de poder de autoridade. É um serviço.

Entretanto, aí tem um outro aspecto. Se o voto se torna obrigatório como um dever cívico do cidadão, até um dever de cultura, de soberania, de exaltação da própria identidade, que se confunde com liberdade, a situação, hoje, no Brasil está inversa. Isto se faz para prestação — e aliás eu quero dizer aqui que honrosamente servi às Forças Armadas, ao contrário do que muitos existem no País. Não se vincule aqui, como alguns Parlamentares do PDS, costumam querer vincular uma crítica para nos indispor às Forças Armadas. Ao contrário. A nossa posição é muito diferente.

Então, o serviço militar sendo obrigatório, no nosso entender, obrigatório há de ser também o voto. Por que é um chamamento para que os eleitores, os cidadãos livres possam manifestar o seu contentamento ou o seu desagrado com aqueles que são os representantes, aqueles que servem a Nação com decência, com responsabilidade, com firmeza, este sim, no meu entender. Concedo um aparte ao Deputado Luiz Alberto, que me pediu com muita insistência, e peço que seja breve.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Agradeço a deferência de Vossa Excelência ao conceder-me o aparte. Não sei se devo iniciar, rebatendo alguns pontos de vista de Vossa Excelência a respeito da conjuntura nacional, da conjuntura estadual, ou da conjuntura municipal de Capitão Leônidas Marques, uma

vez que Vossa Excelência pretende abranger com a sua sapiência nesta Casa conhecida, todos os aspectos constitucionais, legais e administrativos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vossa Excelência me dá licença?

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência me concede o aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vossa Excelência só me permite um esclarecimento?

Concedi o aparte a Vossa Excelência, para não fazer dele uma esponja velada de ataques. Faço esse apelo a Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência mais uma vez reafirma a sua condição de vidente, pretendendo, com isso, entender subrepticamente aquilo que pretendo lhe afirmar, neste aparte. E o meu aparte é muito simples é um aparte que se refere ao Município de Capitão Leônidas Marques, que tenho a honra de representar, nesta Casa, ao seu lado.

E é exatamente, neste aspecto, que quero rebater Vossa Excelência.

Não tenho a pretensão de discutir com Vossa Excelência, os aspectos doutrinários da questão da reforma eleitoral, porque Vossa Excelência tem um ponto de vista firmado, e que o meu Partido tem outro ponto de vista firmado. Mas, pretendo — e eu pessoalmente tenho e irei expô-lo quando achar conveniente, nesta Casa — mas, pretendo apenas fazer uma colocação a Vossa Excelência, com relação à eletrificação rural do Município de Capitão Leônidas Marques, exatamente porque Vossa Excelência falou na cooperativa e em influência política, em termos de eletrificação rural no Município de Capitão Leônidas Marques. Graças a Deus houve interferência política. E interferência política deste Parlamentar, no sentido de que a COPEL faça eletrificação rural no Município de Capitão Leônidas Marques. Essa a verdadeira interferência política que entendo, da mesma forma que, no passado, interferimos, junto à COPEL que fizesse a eletrificação de Aparecidinha, de Alto Alegre, de Bom Jesus, de Capitão Leônidas Marques, entendíamos que era conveniente que a COPEL, agora, encaminhasse o projeto de eletrificação rural, ou o seu início de projeto que, desde 1.978 iniciado.

E pleiteávamos, desta Casa, pessoalmente a COPEL, para que o projeto recebesse financiamento da ELETROBRÁS, para que esta destinasse recursos à COPEL para que esta pudesse fazer eletrificação rural. E, aliás, a cooperativa a que Vossa Excelência se refere, é uma cooperativa autorizada pelo Governo Federal, pelo INCRA. Então, Vossa Excelência há de verificar que temos, hoje, duas forças para fazer eletrificação rural em Capitão Leônidas Marques: a eletrificação direta pela COPEL e a eletrificação pela cooperativa que depende ainda de financiamento federal. E que eu, pessoalmente, irei lutar para que a cooperativa tenha seu financiamento liberado, para que possamos eletrificar todo o Município de Capitão Leônidas Marques.

Por isso, Vossa Excelência que faz um discurso abrangente, que fala ora em reforma eleitoral, ora sobre a questão histórica e política do Brasil e que, depois, volta ao assunto da eletrificação, peço que esta Casa lhe dê luz suficiente para que Vossa Excelência consiga resolver todos os problemas brasileiros.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, quero concluir dizendo que, realmente, nem com a luz vibrante do sol que banha o Oriente, transformando aquelas

terras em um imenso deserto, com este Governo que aí está, essa luz nada vai trazer de benefício ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa consulta à Liderança do PMDB se o Deputado Fidelcino Tolentino poderá fazer uso do horário reservado à Liderança.

O SR. NELTON FRIEDRICH — O nobre Deputado poderá usar a tribuna por mais três minutos, os demais serão usados pelos Deputados Gernote Kirinus e José Tavares.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concedo aparte ao Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Nobre Deputado, solicitei este aparte porque Vossa Excelência abordou um assunto que o Deputado Airtton Cordeiro, ontem, abordou. E eu conversava com o Deputado Gilberto Carvalho, na Presidência da Mesa, sobre esse assunto que deveria ser longamente debatido.

Já vemos, de antemão, que existem concordâncias e discordâncias. Eu, de início, concordo com o Deputado Airtton Cordeiro com o voto do analfabeto e discordo com o voto não obrigatório.

De outra parte, a direção do PDS discorda do voto do analfabeto e o nosso Partido tem outro ponto de vista.

Mas, gostaria de dizer que essa discussão que deveria ser travada em todos os Parlamentos. E que se os Parlamentos realmente tivessem liberdade para achar o seu caminho, e tenho certeza que mesmo que esse caminho não fosse o que eu penso, se realmente esse assunto fosse debatido com liberdade, sem imposições de cima, acharíamos a melhor solução para esse caso.

Eu, de minha parte, tenho em mãos o resumo do projeto que o PMDB está apresentando sobre a Reforma Eleitoral, apresentado pelo PMDB, onde está claro que quando se diz que “deve se considerar o voto como função pública que se realiza mais no Estado do que do próprio indivíduo, citando Barnard — Direito Constitucional Argentino.

Mas, o importante, quero deixar bem claro, é que essa discussão não está se realizando a nível de Parlamento. Porque, se assim fosse, não houvesse um preconceito na matéria, não teríamos o absurdo que estamos vendo: a cúpula do PDS se manifestando pelo voto facultativo, como sendo uma atitude democrática. E poderíamos discutindo e até acabar concordando que o voto não obrigatório seja uma atitude democrática, mas não posso entender como esse mesmo Partido propõe o voto vinculado. Então, o cidadão é livre para votar ou não votar, mas não é livre para escolher dentre todos os candidatos que estejam postulando determinado cargo, não é livre, tem que vincular a outro do mesmo partido. Então, parece-me que estamos mais para democratismo do que para democracia.

No que interessa ao partido, o voto deve ser livre. No que não interessa, deve ser vinculado. Há uma contradição gritante sob esse aspecto. Por isso, acho que toda essa discussão infelizmente, as vozes dos Deputados do PDS, ou do PMDB ou dos Senadores de um ou do outro Partido, pouco influirão, porque as coisas são determinadas por aqueles que nunca tiveram votos, por aqueles que no Palácio reúnem e vêem qual a melhor maneira de amanhã, Senhor Presidente, exigir da professora, do funcionário público, sendo facultativo o voto, mostrar se votou ou se não votou.

Isto me parece está a renovar o meu conceito: mais para democratismo do que para democracia. Vincular o voto e dizer que o voto pode ser livre, não compreendi essa posição do PDS. O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Senhor Presidente, concluo dizendo que esperamos realmente que a Nação brasileira entenda essa Democracia como uma Democracia postiça, como um adereço no prol de casuísmo que tem vestido a democracia brasileira. O “vestido.. e não é “macacão”, não é outra vestimenta. É “vestido” que o Governo está pondo aos eleitores e à Nação brasileira, e nada mais é do que um adereço nesta rou-

pagem que os dezessete anos de autoritarismo tem imposto à Nação brasileira, as suas determinações e da nossa parte, voltaremos a essa tribuna, para expor ainda, a proposta do nosso Partido à reforma eleitoral.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Senhor Presidente, falava-se, há poucos instantes ainda, sobre a posição proposta pelo PDS do voto facultativo. Como pode-se propor voto facultativo enquanto ainda não se solucionou o triste aspecto das áreas de Segurança Nacional, das instâncias hidrominerais, das Capitais dos Estados, onde o direito ao voto é cassado. Direito ao voto é um direito legítimo, mas é um direito que como todo direito, também traz o dever, a obrigação. A obrigação é a recíproca do direito. Quem renuncia a um direito não tem o direito de ter acesso ao Título de Eleitor. Quem não quer votar, também deve ser cassado o seu direito a ser eleito.

Seria essa a posição, no meu entender.

Mas venho à tribuna para falar exatamente da triste situação em que se encontram esses municípios de faixa de fronteira e de área de Segurança Nacional e de Capitais dos Estados que não podem eleger os seus prefeitos ou representantes legítimos.

E, nesse sentido, realizou-se no dia 23 pp., em Brasília, o I ENCONTRO DO CONAM, organismo que visa lutar pelo direito a eleições nos municípios localizados em Área de Segurança Nacional e pela autonomia tributária.

Reuniram-se Lideranças de Câmaras de Vereadores, vindos desde o Estado do Acre até de Estados do extremo Sul do País, num número de 128 participantes, além de um número expressivo de Parlamentares Estaduais e Federais de todos os Partidos políticos. Foram recebidos inúmeros requerimentos de apoio oriundos de Câmaras Municipais, que vieram engrandecer e incentivar ainda mais aquela iniciativa.

Soube-se também, por denúncia do Vereador Ariovaldo L. Bier, de Marechal Cândido Rondon, de que a Câmara de Vereadores daquela cidade, por imposição da maioria do PDS, rejeitou o seu apoio ao CONAM. Não sabemos se por medo do voto popular ou fidelidade ao cacique político nomeado naquela Prefeitura.

Mas a subserviência de uns, felizmente não retira a coragem de outros em consonância com a vontade popular de aspirar pela democracia. Democracia essa afogada na mão dos corruptores da consciência nacional, negando ao povo das Áreas de Segurança Nacional a exercer o mais legítimo direito: o do voto.

Essa coragem de ser livre, ficou patente num dos representantes expressivos do evento, que é o vereador João Dias da Silva, de Bela Vista, Mato Grosso do Sul, com 85 anos de idade, que lá compareceu perfazendo 2.500 km até Brasília. Além do empenho e sacrifício de vereadores que, na sua grande maioria, a partir de recursos próprios se deslocaram das mais diversas regiões extremas do Brasil.

Conclamo a todos Parlamentares desta Casa para integrarem a Criação do COMITÊ REGIONAL DO CONAM, para assim encetarmos a luta para restituir ao povo das Áreas de Segurança Nacional, o direito democrático mais legítimo. É um apelo que faço, até por exigência programática de todos os Partidos, para que honremos os compromissos mais elementares dos mesmos.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Com a palavra o nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez o Governo que fala em abertura democrática revela seu caráter arbitrário determinando a intervenção no Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro. É a demonstração inequívoca, Senhores, de que este Governo mantém sua disposição de resolver pelas vias do arbítrio os problemas sociais que se apresentam como resultado da desastrosa direção imposta ao País nesses últimos dezessete anos. A intervenção no sindicato, a punição de dois líderes da categoria e a intransigência autoritária em não atender reivindicações justas constituem a resposta oferecida pelo Governo a um movimento que surgiu e cresceu da aspiração dos profissionais médicos em obterem maiores salários e melhores condições de trabalho.

Que abertura é essa? De que democracia falamos quando somos aviltados pelo arbítrio da intervenção? Ora, Senhores Deputados, este fato não deve ser visto como isolado. Em nosso entender é revelador da prevalência do mesmo comportamento autoritário que tanto tem violentado a consciência democrática nacional. Em nosso País, sindicato é sinônimo de organização subversiva no dicionário do Governo. E nesse dicionário já não existem palavras que componham um discurso capaz de iludir ao conjunto da população sobre as intenções democráticas de quem empalmou o poder e o monopoliza pelo uso do arbítrio e da violência. Os fatos, Senhores, falam mais alto que qualquer versão, que qualquer discurso enfático, que qualquer demonstração emocional vertida para encobrir responsabilidades. A Lei dos Estrangeiros, a punição de jornalistas, a intervenção em sindicatos, o processo contra Parlamentares, essa a realidade que nos informa da democracia que pretende o Governo e que muito contrasta com a democracia pretendida pela ampla maioria da população.

Agora vejamos a outra face desta mesma política. O Governo não tem tratado da mesma forma os empresários que representam os grandes grupos monopolistas que controlam a nossa economia desde o exterior. Pelo contrário. Tem privilegiado os interesses de trustes organizados que estão levando nossas riquezas e aprofundando a miséria de nosso povo. No próprio setor de saúde o que vimos foi a privatização dos lucros e a socialização dos prejuízos, da morte, da enfermidade. O Governo vem repassando os recursos que recolhe dos trabalhadores brasileiros a empresas de saúde que exploram a doença, e fazem dos profissionais médicos mão-de-obra barata explorada. Foi esse plano, executado à risca, que determinou a desqualificação do serviço de saúde pública, transformando hospitais que já foram modelos em unidades precárias, carentes de todos os meios para oferecer atendimento necessário.

Ao médico o Governo exige o sacrifício de salários cada vez mais baixos, a deterioração das condições de trabalho, sob pena de intervenção, punição e todo tipo de arbítrio. Às multinacionais que fazem grandes lucros explorando nosso povo doente, todas as vantagens e regalias, incluindo a reserva de mercado que se realiza pela desagregação criminosa da rede pública de serviço de saúde.

Não há democracia sem liberdade de organização sindical. Preserva-se no País, a rígida estrutura sindical que nos herdou o Estado Novo e inspirada na Carta del Lavoro do fascismo italiano. Ela atrela os sindicatos ao Ministério do Trabalho, retira sua autonomia e independência, concebe o sindicato como um apêndice da máquina de Governo, instrumento que deve servir mais para proteger os interesses do capital que os interesses do trabalho. Mas como se vê, Senhores, os trabalhadores deste País já não aceitam esta estrutura. Querem os seus sindicatos livres, autônomos, independentes. Esta é uma das principais questões a serem discutidas na Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras a ser realizada em agosto. E no Encontro das Classes Trabalhadoras do Paraná a ser realizado em julho.

Ontem, seis federações, dezenas de sindicatos paranaenses, divulgaram seu repúdio à intervenção no sindicato dos

médicos no Rio de Janeiro. Nosso Partido, o PMDB, que fez da democracia intenção e prática constantes, não poderia deixar de se manifestar em todas as tribunas em que está representado contra mais este ato arbitrário que apenas confirma a continuidade do arbítrio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Consulto à Liderança do PTB se deseja usar seu horário. — (Declina).

Tendo declinado, consulto à Liderança do PP. — (Declina)

Tendo declinado, no horário reservado à Liderança do PDS concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Inicialmente, queremos opor um reparo à nota da imprensa de hoje, que disse estar a Bancada do PDS obstruindo o requerimento que visa a convocação do Secretário da Indústria e Comércio para prestar esclarecimentos a este Legislativo.

A Bancada não está obstruindo. A Bancada simplesmente votou e votará contrariamente. Quem tem se retirado do plenário a fim de não dar número, é exatamente a Bancada da Oposição.

Enfim, é um recurso regimental que nós aceitamos, como parte da regra do jogo democrático e parlamentar. Apenas este reparo. Entretanto, esta Liderança convidará o Secretário da Indústria e Comércio para prestar os esclarecimentos na Comissão de Indústria e Comércio, que a Oposição quer a respeito do empréstimo à Itaipu e Furnas.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, temos acompanhado com entusiasmo a campanha encetada pelo Jornal "Gazeta do Povo", visando reivindicar a concessão de energia elétrica a custo zero para pólos industriais paranaenses, como ressarcimento do potencial produtivo das terras inundadas por Itaipu.

Na ocasião em que estive aqui o jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho, nós não o apartamos porque os outros Srs. Deputados, com muita propriedade, discorreram sobre o assunto e não houve oportunidade.

Mas eu tenho lido, tenho acompanhado o movimento de toda a imprensa, da OAB, Seção do Paraná, a respeito do assunto. E quero dizer que não me surpreende a origem da iniciativa, idealizada pelo jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho que, em várias oportunidades, como já disse numa outra entrevista, colocou a "Gazeta do Povo" na vanguarda de promoções comunitárias. Lembramo-nos de outra de grande repercussão e profundidade, em que a bandeira do Paraná era adotada como símbolo e se dizia nos textos, -- Paraná, levanta esta bandeira! Unidos seremos fortes. Propugnando-se então uma união dos políticos paranaenses para reivindicar posições no Plano Federal.

Lamentavelmente, a campanha parece que ficou no ar, sem que tivesse havido a união neste sentido.

Esta campanha de agora é uma seqüência coerente com a personalidade paranista de seu idealizador. Realmente, a soma-tória das áreas a serem inundadas pelo sistema de usinas hidrelétricas localizadas no Paraná, correspondente à área idêntica da microrregião de Maringá e é formada por áreas férteis.

Na medida em que a energia gerada favorecerá quase que exclusivamente aos pólos industriais já implantados, sediados em São Paulo, sedimenta-se uma situação inconveniente e injusta, em que o desenvolvimento é concentrado em um Estado, ao preço do retardamento do crescimento do outro. Ou seja, do Paraná, cuja redução territorial terá efeitos de empobrecimento da economia local.

A Oposição já disse. Alguns Deputados da Oposição, também já falaram disto. Não é novidade.

Então, eu acho que de tal sorte não é bairrista, a campanha. Mas é uma proposta inteligente, visto que interessa ao

próprio Governo da União, que o desenvolvimento dos Estados se processe harmoniosamente, para evitar o descompasso econômico; os êxodos de mão-de-obra e principalmente o agravamento das condições sociais, de Estado para Estado.

Entretanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Parece que além da coerência, da criatividade e da conveniência da proposta, é forçoso também que seja exequível de maneira justa, para que possa ser defendida, possa ser atendida. Principalmente atendida. Porque defendida ela tem sido por vários segmentos da sociedade paranaense.

Imaginemos que seja concretizado o fornecimento de energia, a custo zero, para pólos industriais, localizados no Paraná. Teríamos então uma, dentre estas duas hipóteses: ou a redução do custo de produção seria transferida ao consumidor, através do menor preço da mercadoria ou essa diminuição de custo seria incorporada aos lucros da empresa. Nenhuma das hipóteses nos parece conveniente.

Oferecendo condições de produção a baixo custo, as indústrias instaladas no Paraná, estaríamos inovando uma forma de concorrência desleal entre mercados estaduais, através de favores oficiais. Política que desestabilizaria o parque industrial já implantado e que não interessa à economia brasileira. Transferindo a maior margem de lucro às empresas beneficiadas, não vemos como estaria sendo o Paraná — e este me parece o ponto crucial, ressarcido de suas perdas, em termos comunitários. Simplesmente, a grosso modo, estaríamos transferindo para empresas privadas, uma indenização pela nossa perda territorial. E se os preços das mercadorias acompanharem o atual preço de mercado, o excesso de lucro, faria dessas empresas, prováveis açambarcadoras, se os capitais forem reinvestidos na absorção de outras empresas do mesmo ramo. Constituindo também, deslealdade de mercado, que tanto se combate nesta Casa.

No dilema então, — aí vai a nossa contribuição modesta, simples, que não tem nada de mais, nós vislumbramos uma solução mais justa, que dá seqüência e talvez complemente, a intenção defendida pelo jornal “A Gazeta do Povo”. E aliás, quero confessar, que o que levou-me a pensar seriamente nesta sugestão que faço, foi uma conversa informal que tive com o Deputado Lineu Turra, a respeito desse mesmo assunto e parece que o pensamento dele se coaduna, converge com o meu.

A ELETROBRÁS, ao meu ver, transferiria a energia elétrica de Itaipu a custo zero, para a empresa energética do Estado, a COPEL. E esta faria a distribuição a custo incentivado, porém, não a custo zero, para as indústrias locais. Custo incentivado, jamais custo zero.

E os recursos provenientes do sistema, formariam um fundo especial. Para aplicação em saúde, educação, saneamento etc.. Revertendo, portanto, e aí sim, coletivamente, a toda a população, que antes de mera oferta de empregos, precisa urgentemente, ter melhor amparo para as condições sociais de alto desenvolver-se.

A atração oferecida às empresas, para implantação em nossos pólos industriais seria já por si, a fartura de oferta energética, dentro de um mercado em desenvolvimento, alicerçado em obras aprimoradas num meio social.

O baixo custo da energia seria também ponderável; porém, jamais a custo zero.

Acreditamos que esses sejam pontos importantes a cogitar, antes de formalizarem-se propostas junto ao Governo da União. Partindo-se de solicitação exequível, justa, não discriminatória e sem conseqüências éticas irreais, no sistema econômico nacional.

Sr. Presidente, nobres Deputados, para que o aspecto surja ao debate; para que seja pelo menos contraditada essa minha idéia, eu solicito à Mesa, a fineza de encaminhar cópias desta nossa solicitação ao Jornal “Gazeta do Povo”, na expectativa de que estas palavras possam ser contributivas, para o objetivo

que não é apenas daquele jornal, mas do Governo e de todo o povo do Paraná, que é obter a certeza de melhor futuro e não empobrecimento de gerações que estarão por vir.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Vejo Vossa Excelência defendendo uma tese muito séria e muito certa. Porque, Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência como Líder de nossa Bancada está atento a todos os fatores e setores que vêm beneficiar o Paraná e sua gente.

Este problema energético, de energia a custo zero, todos querem, a nossa Bancada e a própria Oposição. Também beneficiaremos as multinacionais que estão sugando, Deputado Erondy Silvério. Desculpe, eu não tenho nada contra...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu estou de pleno acordo com

Vossa Excelência porque são exatamente essas companhias que teriam o capital necessário para implantarem-se nesses pólos.

O Sr. Gabriel Manoel — Se nesta hora em que estamos lutando por um fator energético que venha beneficiar o Paraná, eu faria uma pergunta às Oposições: onde está o radicalismo das Oposições? Onde é que está a sua teoria que não podemos ajudar mais as multinacionais, que estão nos dilapidando, estão sugando o nosso dinheiro no café e em todos os setores do Paraná e do Brasil? Vossa Excelência falou muito bem. Energia a “custo zero” tem que ser estudada, porque tudo custa, Deputado Erondy Silvério, e quem se beneficiam são os industriais, as multinacionais que estão nos sugando.

E a nossa Oposição é uma faca de dois gumes. Eles lutam pela energia a “custo zero”, para as multinacionais, e depois vão à tribuna para dizer e falar que somos favoráveis às multinacionais.

Muito obrigado, meu Líder, e vamos continuar a combater, dentro deste complexo, uma orientação paranista e brasileira, e vamos dar, Deputado Erondy Silvério, por intermédio de Vossa Excelência e seus Vice-Líderes, ao Paraná, a verdadeira opinião nossa e a nossa verdadeira posição perante o Paraná, sem demagogia.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 31/81, que autoriza o Poder Executivo doar imóveis que especifica, ao Município de União da Vitória. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 31/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de União da Vitória, o lote de terreno urbano sob o n.º 8-A, constante da Carta de Data n.º 318, medindo 18 (dezoito) metros de frente para a Rua Castro Alves, 45 (quarenta e cinco) metros de fundos, registrado sob n.º 19.099, do Livro 3-U, fls 26, do 1.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória e o lote de terreno urbano sob n.º 3, constante da Carta de Data n.º 205, com 20 (vinte) metros de frente e fundos correspondentes situado à Rua Castro Alves, registra-

do sob n.º 15.830, às fls. 69 do Livro n.º 3-0 do 1.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória.

- Art. 2.º - Os imóveis de que trata o artigo anterior serão destinados à permuta por outro imóvel onde deverá ser instalado o Centro Cultural da Cidade de União da Vitória, após a necessária avaliação e manifestação do Legislativo Municipal.
- Art. 3.º - A presente doação fica condicionada à obrigação do Município de União da Vitória de providenciar a permuta e instalação do Centro Cultural no prazo de 02 (dois) anos, a contar da data da escritura de doação, sob pena do referido imóvel reverter ao Patrimônio do Estado.
- Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n.º 7.411, de 26 de novembro de 1.980.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
ANTÔNIO COTRIM - Relator

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 19/80, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que declara de utilidade pública o "Educandário Madre Maria Crucifixa", com sede e foro na cidade de Francisco Alves. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 80/80, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de utilidade pública a "Associação das Câmaras de Vereadores do Sudoeste do Paraná - ACMSOP", com sede e foro no Município de Pato Branco. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Anexo Projeto de Lei n.º 34/81 do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, tratando-se de matéria idêntica). - **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 20/81, de autoria do Deputado JOÃO ELÍSIO, que declara de utilidade pública a "Associação de Clubes do Estado do Paraná - ACEPAR". Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 35/81, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública a "Associação Beneficente São João Batista", com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 39/81, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública o "Lar Evangélico Mirian", com sede e foro em Cascavel. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 40/81, de autoria do Deputado ANTÔNIO COTRIM, que revoga a Lei n.º 7.207, de 01 de outubro de 1979. (Divisas entre os Municípios de Maringá e Mandaguaçu). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. - **COM EMENDA.**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 5 (cinco) sessões do Projeto de Lei n.º 40/81. - **Aprovado.**

Conseqüentemente, retirado da Ordem do Dia, por cinco sessões, o Projeto de Lei n.º 40/81.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 45/81, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública o "Clube do Vovô de Maringá", com sede e foro na cidade de Ma-

ringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 47/81, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a "Associação Paranaense de Orientadores Educacionais - APOE", com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 49/81, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que declara de utilidade pública a "Sociedade Paranaense de Matemática", com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 08/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 30/81), que eleva para o símbolo 1-C, os cargos de Diretor da Penitenciária Central do Estado, Diretor da Prisão Provisória de Curitiba, Diretor da Colônia Penal Agrícola, criados pela Lei n.º 4.615, e de Diretor da Penitenciária Feminina, criado pela Lei n.º 6.219, todos integrantes da Secretaria de Estado da Justiça. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Sobre o referido projeto, emenda de autoria da Comissão Executiva, no seguinte teor:

"EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 8/81

Acrescente-se, onde couber:

"Art. - Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, 04 (quatro) cargos de provimento em Comissão de Assessor Técnico - Símbolo 1-C, com lotação nos Gabinetes da Presidência, 1.ª Secretaria, 2.ª Secretaria e Diretoria Geral, respectivamente.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1981.

aa) JOÃO MANSUR - Presidente
AUGUSTO CARNEIRO - 1.º Secretário
NILSO ROMEU SGUAREZI - 2.º Secretário"

O SR. DENI SCHWARTZ - (Pela ordem) Sr. Presidente, essa Emenda recebeu parecer da C.C.J.?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) - Essa Emenda está sendo apresentada agora, pela Comissão Executiva.

O SR. DENI SCHWARTZ - Acho que, regimentalmente, deve a mesma voltar à C.C.J., para exame.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) - A Mesa consulta o Deputado Deni Schwartz se está requerendo que essa Emenda vá à C.C.J., para receber parecer?

O SR. DENI SCHWARTZ - Exato. Formularei um requerimento no sentido de que seja encaminhada à C.C.J., para receber parecer, porque altera realmente o espírito do que foi julgado na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Senhor Presidente, pela ordem. Não há necessidade data vênua, de fazer um petítório que se encaminhe à Mesa para deliberação do Plenário. Isso é um despacho liminar da Presidência que manda para a Comissão de Constituição e Justiça, quando há motivação de alguém do Plenário. Isto é um despacho liminar, praticado por jurisprudência firmada nesta Casa ao longo dos anos, pelo menos, dos que eu estou aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) - A Mesa informa ao Deputado Tolentino que consultou ao Deputado Deni Schwartz, se ele estava requerendo. Eu não pedi que ele formalizasse o requerimento e vai atender o pedido e será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) - Sobre a mesa, re-

querimento de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor José de Alencar Alvarenga Dias, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Senhor Secretário da Indústria e Comércio, para prestar esclarecimentos a este Poder Legislativo a respeito dos empréstimos concedidos pelo BADEP e BRDE à Itaipu Binacional, Furnas, Centrais Elétricas S/A., e ELETROBRÁS. — **Aprovado.**

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados. (É feita a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 23 Srs. Deputados. Não há “quorum” para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado à Representação do Paraná, com assento na Câmara dos Deputados, um apelo no sentido de ser proposta medida constitucionalmente adequada, para converter a importância devida pela Itaipu ao Estado do Paraná, como compensação pelos prejuízos causados pela inundação de extensas áreas agricultáveis e de reservas florestais, em programa de incentivo aos pólos de desenvolvimento industrial e agro-industrial do Estado. — Em discussão.

(Um Senhor Deputado pediu a palavra para discutir).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando envio de apelo ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de serem aceleradas as obras de asfaltamento da estrada que liga São João do Caiuá a Paranavaí. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando envio de apelo à Direção do Banco do Brasil, no sentido de ser agilizada a instalação da sub-agência do Banco do Brasil, na cidade de São João de Caiuá. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando envio de expediente à Bancada Paranaense no Congresso Nacional, encarecendo que a mesma promova junto à Comissão de Relações Exteriores esforços no sentido de serem ouvidos o correspondente do Jornal “The Guardian” e os editores dos Jornais paulistas “O Estado de São Paulo” e “Jornal da Tarde”, bem como os dirigentes do IPEN e NUCLEBRÁS, a fim de esclarecer o episódio que envolve o Governo brasileiro na venda de material radioativo ao Iraque. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando envio de ofício aos Senhores Secretário da Educação, Superintendente da FUNDEPAR e ao Prefeito Municipal de Cascavel, encarecendo providências imediatas para reforma do Grupo Escolar Theofânio Agapito Maltezo, situado no recente Município emancipado de Cafelândia. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sugarezi, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Diretor do ITC, encarecendo providências para demarcação da área urbana do Distrito Administrativo de São José do Ivaí, Município de Santa Isabel do Ivaí. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando o envio de cópia do pronunciamento ao Jornal “Gazeta do Povo”, com respeito ao trabalho que vem fazendo sob o título “Energia a Custo Zero”. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando o envio de cópia do pronunciamento ao Jornal “Gazeta do Povo”, com respeito ao trabalho que vem fazendo sob o título “Energia a Custo Zero”. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sugarezi, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Diretor do ITC, encarecendo providências para demarcação da área urbana do Distrito Administrativo de São José do Ivaí, Município de Santa Isabel do Ivaí. — **Encerrada a discussão.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão para amanhã, dia 26, sexta-feira, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente. Levanta-se a sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:**DECRETO LEGISLATIVO Nº 250/81**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

atribuir ao funcionário IVO MACHADO, ora à disposição deste Poder, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da Liderança do PMDB, no período compreendido entre 1º de março a 31 de dezembro de 1981.

(Protoc. nº 4262).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 251/81

autorizar LAIS DALL'STELLA SCHMIDT, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no período compreendido entre 1º de abril a 31 de dezembro de 1981, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 082/81.

(Protoc. nº 4071).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 252/81

autorizar EDIGARDO MARANHÃO SOARES, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Serviço de Segurança, no período compreendido entre 04 de maio a 31 de dezembro de 1981, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 082/81.

(Protoc. nº 3894).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 253/81

autorizar CARMEM CILENE CASAGRANDE ROQUEJANE, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Departamento de Divulgação Legislativa, no período compreendido entre 1º de abril a 31 de dezembro de 1981, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 082/81.

(Protoc. nº 4098).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 254/81

autorizar HERÁCLITO MACHADO SANDANO, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176,

inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete do Deputado Antônio Facci, no período compreendido entre 1º de abril a 31 de dezembro de 1981, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 082/81.

(Protoc. nº 4144).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 255/81

I — revogar o item III, do Decreto Legislativo nº 340/79, de 09 de abril de 1979, que designou para exercer as funções de Chefe de Gabinete da Liderança do Governo, o funcionário ANTONIO CARLOS DANTAS, matrícula nº 304, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

II — designar SÉRGIO ZACARIAS, matrícula nº 406, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da Liderança do Governo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 03 de junho de 1981.

(Protoc. nº 4562).

Palácio "XIX de Dezembro", em 25 de junho de 1981

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2º Secretário.

ATOS DA DIRETORIA GERAL:**PORTARIA Nº 534/81**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

prorrogar a permanência neste Poder, do funcionário PAULO MARCELO SOARES DA SILVA, ora à disposição desta Casa de Leis, designando-o para prestar serviços no Gabinete do Deputado Pinto Dias.

(Protoc. nº 5076).

PORTARIA Nº 535/81

transferir, para época oportunas, as férias concedidas pela Portaria nº 058/81, ao funcionário DARCI KLIEMANN, matrícula nº 493, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. nº 5042).

PORTARIA Nº 536/81

designar os funcionários EDGAR SANTOS BUQUERA, INOLAN ANTÔNIO GUIGINSKI DE OLIVEIRA e NELSON EMILIO MARQUES para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão, a fim de apurar os Riscos de Vida e Saúde dos funcionários constantes do protocolado n.º 3896/81.

(Protoc. n.º 3896).

PORTARIA N.º 537/81

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 058/81, ao funcionário ALCEU IVO COSTACURTA, matrícula n.º 040, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 5043).

PORTARIA N.º 538/81

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 058/81, ao funcionário ORLANDO SABOTTO, matrícula n.º 591, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 4999).

PORTARIA N.º 539/81

designar os funcionários NELSON ANTONIO GUIGINSKI DE OLIVEIRA, NELSOM EMILIO MARQUES e EDGAR SANTOS BUQUERA, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão a fim de apurar os Riscos de Vida e Saúde do funcionário Luiz Brotto Neto.

(Protoc. n.º 4026)

PORTARIA N.º 540/81

conceder ao funcionário SERGIO ZACARIAS, matrícula n.º 406, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 11 de março de 1981, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Protoc. n.º 4564).

PORTARIA N.º 541/81

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, em favor de LUIZ FERNANDO MALHEIROS CARNEIRO, matrícula n.º 129, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacio-

nal Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio, compreendido entre 28 de abril de 1962 e 28 de junho de 1971, antecipado em razão da contagem das férias de 1963, 1964, 1965, 1966 e 1967, contadas em dobro;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos da mesma fundamentação supra, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 28 de junho de 1971 e 28 de fevereiro de 1975, antecipado em razão da incorporação referente ao seu primeiro decênio e das férias de 1972, e 1973, contadas em dobro; e, III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei n.º 6174, a partir de 12 de maio de 1978, data que em razão das incorporações supra (primeiro decênio e terceiro quinquênio) e das férias de 1972, 1973, 1974, 1976 e 1977, contadas em dobro, completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Protoc. n.º 4790)

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de junho de 1981.

(a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
Diretor Geral

ATA DE COMISSÃO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
9ª LEGISLATURA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta e um, na Sala das Reuniões das Comissões, às dezesseis horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Airton Cordeiro, e presentes os Srs. Deputados: Basílio Zanusso, Gabriel Sampaio, Adalberto Daros, Fidelcino Tolentino, Lineu Turra, Paulo Camargo e Werner Wanderer, bem como os demais Srs. Deputados, de acordo com a Resolução 327/77. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. O Sr. Presidente solicita que seja registrada em Ata a presença

dos Srs. Verno Scherer, Prefeito de Mal. Cândido Rondon e Arnold Lamp, Secretário Administrativo da citada Prefeitura, convidados à reunião pelo Sr. Deputado Werner Wanderer. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1) PROJETO DE LEI 50/81, do Deputado Waldyr Pugliesi. Declara de utilidade pública o Instituto Educacional Evangélico, entidade de caráter filantrópico, com sede em Arapongas. 2) PROJETO DE LEI 51/81, do Deputado João Mansur. Doa à Associação dos Professores do Paraná, um lote de terreno conforme especifica, situado em Guaratuba e destinado à construção da Colônia de Férias. Relator Deputado Airton Cordeiro. Parecer Favorável. APROVADO. 3) PROPOSIÇÃO 31/81, do Poder Executivo. Mensagem 35/81, encaminhando convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Adrianópolis, para reforma e ampliação do prédio do Posto de Saúde do referido município. Relator Deputado Adalberto Daros. Parecer Favorável com o respectivo projeto de resolução. APROVADO. 4) PROJETO DE LEI 32/81, do Poder Executivo. Mensagem 36/81. Termos de Convênios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios que especifica, para construção e micro-sistemas de abastecimento de água. Relator Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer Favorável com o respectivo Projeto de Resolução. APROVADO. 5) PROPOSIÇÃO 34/81, do Poder Executivo. Mensagem 38/81, termos de convênios celebrados entre o Governo do

Estado e os Municípios que especifica para construção de postos de saúde. Relator Deputado Adalberto Daros. Parecer Favorável com o respectivo Projeto de Resolução. APROVADO. 6) PROJETO DE LEI 196/79, do Deputado Antônio Facci. Cria o Município de Sarandi, desmembrado do Município de Marialva, como especifica. O Sr. Deputado Gabriel Sampaio, com vista do processo, solicita seja anexada documentação exigida pela Lei Complementar número 01, de 09 de novembro de 1967. O Sr. Presidente solicita a presença do Sr. Deputado Antônio Facci, autor do projeto, a fim de elucidar dúvidas quanto à Emenda apresentada ao processo posterior à realização do plebiscito. Com a presença do Sr. Deputado Antônio Facci, os Srs. Membros da Comissão discutem o citado Projeto de Lei. Aprovada a solicitação do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, que seja convertido em diligência junto ao IBGE, com a máxima urgência, a fim de anexar comprovante exigido pelo Item III, do Artigo segundo da citada Lei Complementar número 01. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, da qual lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária.

(aa) AIRTON CORDEIRO

Presidente

Rita Soares Bertoli

Secretária